

Entre mandacarus e saberes: mulheres artesãs no Nordeste

Leandro Silva Santos^{1*}, Ana Beatriz Alves dos Santos¹, Lormina Barreto Neta¹

¹Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Irecê, Bahia, Brasil.

*Autor correspondente: Leandro Silva Santos.

E-mail: leandromalu03@gmail.com



Revista Sertão Sustentável 2025.
Open access sob licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International.

Recebido:03-05-2025.

Aceito:03-12-2025.

Resumo

Este estudo qualitativo, fundamentado na pesquisa narrativa, investigou trajetórias, saberes e desafios de mulheres artesãs nas cidades de Irecê, São Gabriel, Uibaí e povoados da zona rural do sertão da Bahia, evidenciando o artesanato como resistência cultural, identidade e sustento. A análise de respostas coletadas via formulário online revelou que a prática é herança ancestral transmitida entre gerações, mas ainda enfrenta desvalorização, escassez de recursos e invisibilidade. As participantes ressaltaram a importância de grupos, feiras e capacitações para fortalecer suas práticas e ampliar o reconhecimento social. O estudo aponta a necessidade de políticas públicas que apoiem o artesanato feminino no campo, valorizando saberes populares e promovendo justiça social e econômica.

Palavras-chave: Resistência cultural. Mulheres artesãs. Saberes tradicionais.

Abstract

This qualitative study, grounded in narrative research, investigated the trajectories, knowledge, and challenges of women artisans in the cities of Irecê, São Gabriel, Uibaí, and rural villages in the backlands of Bahia, highlighting handicraft production as cultural resistance, identity, and livelihood. Analysis of responses collected through an online questionnaire revealed that this practice is an ancestral heritage passed down through generations, yet it still faces devaluation, limited resources, and social invisibility. Participants emphasized the importance of community groups, craft fairs, and training opportunities in strengthening their practices and expanding social recognition. The study underscores the need for public policies that support women's artisanal work in rural areas, valuing traditional knowledge and promoting social and economic justice.

Keywords: Cultural resistance. Women artisans. Traditional knowledge.

Introdução

O sertão brasileiro é um território de resistência, memória e criação. Entre suas paisagens marcadas pela força do mandacaru, símbolo de resiliência durante as secas. Neste território, mulheres artesãs mantêm vivas tradições e saberes ancestrais, por meio do artesanato, constroem formas de sustento, autonomia e pertencimento, enfrentando desigualdades de gênero, raça e território.

O artesanato no sertão brasileiro é uma expressão viva de cultura, memória e resistência. Nas mãos das mulheres sertanejas, a produção artesanal ultrapassa o aspecto econômico e se firma como uma forma de expressão identitária, de manutenção de saberes ancestrais e de atuação no tecido social das comunidades. Seja no barro, no bordado, no trançado, na palha ou em outras técnicas, o fazer artesanal guarda histórias de vida, práticas compartilhadas entre gerações e modos próprios de ver e viver o mundo.

Neste estudo, parte-se da perspectiva decolonial para compreender como mulheres artesãs negociam sua existência em um território historicamente marcado pela invisibilização das produções femininas. Busca-se analisar desafios contemporâneos, como acesso a materiais, comercialização e reconhecimento, e evidenciar suas estratégias de resistência. Desse modo, o problema desta pesquisa consiste em: de que forma mulheres artesãs do sertão baiano vivenciam, interpretam e ressignificam o artesanato como prática de sobrevivência, identidade e resistência?

A partir da escuta de suas trajetórias, pretende-se valorizar suas vozes, refletir sobre os sentidos da produção artesanal, as dificuldades de comercialização e a importância de políticas de apoio. Ao destacar essas histórias, o estudo contribui para o reconhecimento das mulheres como protagonistas na cultura, na economia local e na construção de um futuro mais justo e plural.

A pesquisa utilizou um questionário elaborado para investigar as trajetórias pessoais e familiares relacionadas ao artesanato, os saberes transmitidos entre gerações, os desafios enfrentados no processo produtivo e de comercialização, e as formas de sustento e reconhecimento social construídas pelas mulheres participantes.

Materiais e Métodos

Este estudo possui caráter qualitativo, orientado pela perspectiva da pesquisa narrativa (Clandinin; Connelly, 2015), que busca compreender as experiências de vida por meio de relatos pessoais, valorizando a dimensão subjetiva e cultural das trajetórias das participantes. Tal escolha metodológica se alinha ao compromisso ético-político de reconhecer saberes populares como produção legítima de conhecimento.

O lócus da pesquisa abrangeu os municípios de Irecê, São Gabriel, Uibaí e povoados da zona rural do sertão da Bahia, e contou com a participação de 7 mulheres. A escolha desse território se justifica por sua forte tradição artesanal e pela presença de mulheres que utilizam essa prática como estratégia de sustento, resistência cultural e afirmação identitária.

A coleta de dados ocorreu entre 10 e 27 de maio de 2025, por meio de um formulário on-line (Google Forms), contendo 13 questões abertas e fechadas, que investigaram: trajetórias pessoais e familiares ligadas ao artesanato; aprendizados, saberes e tradições transmitidas; dificuldades enfrentadas no processo produtivo e de comercialização; percepções sobre valorização social e políticas públicas.

O formulário foi divulgado digitalmente com o apoio de redes de contatos, convidando mulheres artesãs a participarem ou a indicarem outras que se encaixassem no perfil. A participação foi voluntária, e todas as respostas foram coletadas com o consentimento das participantes, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos dados.

As respostas foram analisadas a partir da leitura atenta dos relatos, buscando identificar sentidos, padrões, vivências e reflexões que possam contribuir para a construção do trabalho. O enfoque foi na valorização dos saberes populares, nas formas de resistência e nos caminhos construídos por essas mulheres diante das adversidades sociais, econômicas e culturais que enfrentam.

Ressalta-se que este é um trabalho inicial, com a pretensão de continuidade e aprofundamento das questões aqui apontadas, visando ampliar o diálogo com outras mulheres, territórios e práticas que reafirmam o protagonismo feminino no campo do artesanato e da cultura popular.

Resultados e Discussão

As mulheres artesãs, além de produtoras culturais, ocupam um papel fundamental na sustentação das famílias e na circulação da economia local, mesmo diante de desafios como o acesso limitado a recursos, as dificuldades na comercialização, a informalidade e a valorização desigual do trabalho manual. Neste cenário, compreender as experiências dessas mulheres é também lançar luz sobre os caminhos que constroem diariamente em busca de autonomia, reconhecimento e permanência de seus saberes.

A análise das respostas fornecidas pelas sete mulheres artesãs participantes deste estudo revela um mosaico de vivências marcadas pela criatividade, pela ancestralidade e por estratégias de resistência construídas a partir dos saberes populares. O artesanato, em suas diferentes formas como o crochê, o

bordado, a cestaria, a arte com materiais recicláveis e as pinturas, emerge como prática que transcende o campo estético e funcional, e assume dimensões identitárias, pedagógicas e políticas.

Trajetórias e saberes herdados

As participantes dessa pesquisa têm idades variadas de 21 a 58 anos e residem em municípios como Irecê, São Gabriel, Uibaí e povoados da zona rural. O tempo de atuação no artesanato varia desde experiências iniciadas na infância, como relatado por uma participante que aprendeu aos 7 anos, até trajetórias mais recentes, iniciadas há 3 anos como forma de terapia. Isso evidencia o artesanato como um conhecimento que circula entre gerações, mas também como um espaço de acolhimento e reinvenção na vida adulta.

As histórias das mulheres artesãs revelam que o artesanato vai além de uma prática econômica: ele compõe parte de suas identidades. Aprender com as mães, vizinhas ou sozinhas, muitas vezes desde a infância, demonstra como esses saberes moldam a forma como essas mulheres se percebem e se inserem no mundo.

Segundo Hall (2005), a identidade social nos projeta em outras identidades, de modo a internalizar nos sujeitos seus valores e significados, tornando-os parte de cada um. Nesse sentido, o fazer artesanal não é somente técnica ou ofício, mas uma forma de existir, resistir e se reconhecer culturalmente.

A maioria das mulheres entrevistadas aprendeu o ofício com suas mães, vizinhas ou de maneira autodidata, revelando a força da transmissão oral e familiar dos saberes tradicionais. Esses aprendizados acontecem no cotidiano, entre conversas, observações e práticas compartilhadas, mostrando que o fazer artesanal é mais do que uma técnica, é expressão de identidade, afeto e pertencimento.

Trata-se de um conhecimento construído coletivamente, enraizado nas experiências de vida e nas relações com a comunidade. Embora muitas vezes não reconhecido pelas instituições formais de ensino, esse saber carrega profundidade, criatividade e história, sendo parte fundamental da educação vivida nas margens e nos sertões.

Entre Resistência Cultural e Sustento Econômico: o artesanato no sertão

O artesanato no sertão brasileiro não se reduz a uma atividade manual: ele constitui um campo de saber, memória e identidade coletiva. A prática, transmitida de geração em geração ou aprendida de maneira autodidata, configura-se como educação popular (Gohn, 2011), onde o aprendizado se dá no cotidiano, nas relações familiares e comunitárias.

As trajetórias das participantes revelam que o fazer artesanal é também fazer-se sujeito. Para muitas, aprender com as mães ou vizinhas não exclusivamente possibilitou o domínio de uma técnica, mas também reforçou laços de pertencimento e identidade. Como observa Hall (2005), a identidade social projeta os sujeitos em outras identidades, internalizando valores e significados que passam a compor sua existência.

O artesanato aparece, ainda, como estratégia de sustento e economia solidária. Inspirando-se em Singer (2002), é possível compreender essa prática como forma de inserção econômica alternativa, baseada em solidariedade, cooperação e resistência às exclusões do mercado formal. Muitas artesãs entrevistadas relataram que, ainda que o artesanato não seja sua renda principal, ele representa uma autonomia financeira significativa, especialmente em contextos em que as oportunidades de emprego formal são escassas.

No entanto, as falas também apontam para dificuldades estruturais: falta de apoio governamental, desvalorização do trabalho manual, escassez de matéria-prima e ausência de espaços regulares de comercialização. Esse quadro remete ao que Bell Hooks (2013) denomina como

desvalorização dos saberes e práticas femininas em uma cultura patriarcal e racista, que insiste em invisibilizar formas de conhecimento não hegemônicas.

Nesse contexto, o empreendedorismo feminino surge como estratégia de inserção no mercado, ainda que permeado por desafios. Como analisam Assunção e Anjos (2018), o avanço do empreendedorismo no Brasil foi acompanhado por uma diminuição das desigualdades de gênero, constituindo-se como dispositivo estratégico para mulheres em busca de autonomia.

Renda e estratégias de comercialização

A prática artesanal, embora não seja a principal fonte de renda para todas as participantes, contribui significativamente para o sustento familiar de muitas, revelando-se como uma estratégia de economia solidária e afetiva. Paulo Freire (2005), ao defender a pedagogia do oprimido, já alertava para a necessidade de reconhecer os sujeitos históricos e suas práticas como fontes legítimas de saber e transformação. Ao produzirem e comercializarem seus trabalhos, essas mulheres afirmam sua existência em contextos marcados pela desigualdade, reivindicando o direito de criar, ensinar e aprender a partir de suas realidades.

Muitas das mulheres entrevistadas enxergam o artesanato para além de uma fonte de renda, mas uma forma de se afirmarem como trabalhadoras autônomas, com domínio sobre seu tempo e produção. Diante da escassez de oportunidades formais de emprego em suas regiões, o fazer artesanal torna-se uma estratégia de resistência econômica e visibilidade social. Nesse sentido, o empreendedorismo aparece como possibilidade concreta de enfrentamento das desigualdades. Como é percebido por Barreto (2014 *apud* Assunção; Anjos, 2018, p. 5):

O Brasil passou por um processo de transformação no contexto econômico, seguido por uma diminuição social referente à desigualdade de gêneros entre homens e mulheres, um marco histórico, devido ao advento do empreendedorismo, sendo uma ferramenta estratégica, possibilitando o processo de inserção no mercado de trabalho.

Esse cenário contribui para a compreensão do artesanato como caminho possível e legítimo de empoderamento e autonomia para essas mulheres. Apesar da força simbólica e econômica do artesanato, os relatos também evidenciam desafios estruturais. As dificuldades mais recorrentes citadas foram a falta de valorização do trabalho artesanal, o pouco apoio institucional, a escassez de matéria-prima e a ausência de espaços regulares de comercialização.

Tais barreiras denunciam uma lógica de marginalização que historicamente atravessa os corpos e os saberes de mulheres sertanejas. Como aponta Bell Hooks (2013), a desvalorização do trabalho feminino e negro está enraizada em uma cultura patriarcal e racista que deslegitima formas de conhecimento não hegemônicas.

Diante desses entraves, as estratégias encontradas por essas mulheres para seguir produzindo são diversas e criativas: o uso das redes sociais para divulgação, a busca por formação em marketing e finanças, a inovação nos produtos e a persistência em redes de apoio e solidariedade. São práticas que revelam o que Freire (1996) denominava de “esperançar”, a capacidade de agir no mundo com consciência crítica, apesar das dificuldades, construindo possibilidades de transformação.

Outro ponto relevante é o sentimento de invisibilidade e baixa valorização social do trabalho artesanal. A maioria das participantes sente que suas produções não são devidamente reconhecidas em suas comunidades. Para elas, é necessário o fortalecimento de políticas públicas específicas, feiras temáticas, apoio à formação continuada e o investimento em ações que promovam o protagonismo feminino e popular na cultura e na economia.

Percepções sobre valorização e políticas públicas

A valorização do trabalho das mulheres artesãs do sertão, segundo as próprias participantes da pesquisa, passa pela construção coletiva de espaços de visibilidade, fortalecimento e reconhecimento. As sugestões trazidas, como a formação de grupos, a realização de feiras temáticas e o incentivo à capacitação, revelam o desejo por ações que reconheçam a importância cultural do artesanato e possibilitem sua continuidade como prática viva e econômica.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a construção de ambientes colaborativos é central para a autonomia das artesãs. Dialogando com Freire (1987, p. 29), segundo o qual “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, compreende-se que a força do trabalho coletivo favorece processos de emancipação, ampliando a circulação de saberes e fortalecendo redes de solidariedade. Assim, feiras, grupos e círculos de formação deixam de ser apenas espaços de comercialização e passam a operar como territórios de resistência cultural.

No entanto, essa potência coletiva convive com obstáculos estruturais profundos. As mulheres destacam a ausência de investimentos públicos contínuos, a dificuldade de acesso a recursos institucionais e a fragilidade das políticas culturais destinadas ao artesanato. Essa percepção ecoa estudos recentes que apontam como a invisibilização histórica do trabalho feminino, especialmente no meio rural, segue produzindo desigualdades que limitam o exercício pleno da cidadania (Silva *et al.*, 2022, p. 229). Tais desigualdades incluem precarização do trabalho, estereótipos de gênero, restrições ao acesso a direitos básicos e pouca inserção em espaços de decisão.

Nas regiões rurais do Nordeste, esses desafios tornam-se ainda mais evidentes, uma vez que a distância dos centros urbanos, a carência de equipamentos culturais e o limitado acesso à formação técnica ampliam as barreiras enfrentadas pelas artesãs. Assim, a organização comunitária e a transmissão de saberes tradicionais se consolidam como estratégias essenciais não apenas de sustento material, mas de preservação cultural e afirmação identitária.

Para enfrentar esse cenário, políticas públicas culturalmente sensíveis são indispensáveis. A literatura sobre gênero e ruralidade reforça que avanço legal não significa, automaticamente, transformação social, sendo necessário que as mulheres sigam mobilizadas para garantir seus direitos políticos, sociais e culturais (Silva *et al.*, 2022, p. 229). Essa análise converge com os achados da pesquisa, evidenciando que as artesãs do sertão baiano continuam elaborando práticas de resistência, embora esbarrem em limitações estruturais que comprometem a valorização de seu trabalho.

Nesse contexto, algumas políticas já existentes oferecem caminhos possíveis para o fortalecimento de iniciativas locais. Um exemplo é o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), que tem como objetivo promover a valorização do artesanato tradicional, apoiar a comercialização e registrar identidades culturais. Ao reconhecer o artesanato como patrimônio cultural e fonte de desenvolvimento social, programas como o PAB demonstram que políticas públicas podem atuar de forma efetiva na ampliação do reconhecimento e da autonomia das artesãs.

No entanto, é fundamental que tais políticas deixem de ser pontuais e considerem a considerar as especificidades territoriais do sertão, incorporando a diversidade de trajetórias, saberes e práticas que caracterizam a atuação dessas mulheres. Somente assim será possível romper com a lógica histórica de marginalização e afirmar o artesanato como um campo legítimo de produção de conhecimento, cultura e renda.

Considerações finais

Este estudo buscou compreender como mulheres artesãs do sertão baiano vivenciam, interpretam e ressignificam o artesanato como prática de sobrevivência, identidade e resistência, partindo de uma perspectiva decolonial e da escuta de suas narrativas. A análise evidenciou que o artesanato, nesses territórios historicamente marcados pela invisibilização das produções femininas,

funciona não apenas como fonte de renda, mas como elo entre gerações, manutenção de saberes ancestrais e afirmação de existência frente às desigualdades sociais e econômicas.

Os resultados mostraram que, apesar de enfrentarem obstáculos significativos, como o difícil acesso a materiais, a desvalorização social da produção artesanal, a limitação de espaços de comercialização e a ausência de políticas públicas efetivas, essas mulheres mobilizam estratégias próprias de resistência e negociação cotidiana. Suas trajetórias reafirmam que o fazer manual é também um fazer político, que reinscreve suas vozes em contextos onde historicamente foram silenciadas.

Destarte, os achados sustentam a óptica inicial de que o artesanato opera como uma prática multidimensional: preserva identidades, fortalece vínculos comunitários, produz sustento e amplia a agência das mulheres na economia local e na vida cultural de seus territórios. A partir das narrativas recolhidas, torna-se evidente que o reconhecimento dessas artesãs não pode ser dissociado do debate sobre justiça social, valorização dos saberes populares e urgência de políticas que apoiem o trabalho feminino no campo.

Como todo estudo, este também apresenta limitações. A coleta realizada por questionário restringe a profundidade das narrativas, sugerindo a necessidade de futuras pesquisas de inspiração etnográfica, entrevistas em profundidade ou observação participante, que ampliem a compreensão sobre as dinâmicas comunitárias, geracionais e econômicas que atravessam o artesanato rural. Investigações futuras também podem explorar o impacto de iniciativas públicas e coletivas, como feiras, cooperativas e programas de formação, na autonomia das artesãs e na circulação de seus produtos.

Em síntese, ao tornar visíveis as histórias dessas mulheres, reafirma-se que o artesanato é mais do que um ofício: é uma forma de existir e reivindicar lugar no mundo. Que estas vozes continuem provocando deslocamentos e convidando-nos a repensar as potências que emergem dos territórios muitas vezes esquecidos.

Referências

ASSUNÇÃO, J. C. de; ANJOS, M. A. D. Empreendedorismo feminino: um estudo no estado de Minas Gerais, 2018. **Revista GETEC**, v.7, n.16, p.112-133. Disponível em:

<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/getec/article/view/1369>. Acesso em 08 jun. 2025.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Brasília, DF: MDIC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/artesanato>. Acesso em: 08 jun. 2025.

GOHN, M. da G. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, B. **Teaching community**: a pedagogy of hope. New York: Routledge, 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, P.L.B. da.; GONÇALVES, L. E.; SILVA, D.S.F. Empoderamento da mulher rural: debates teóricos. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 218-234, jan./jul. 2022.